

O ESCRAVISMO NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

José Capela*

O escravismo representou um factor decisivo na formação da nacionalidade brasileira. Também por essa razão a historiografia e a sociologia correspondentes florescem no Brasil. Ao contrário do que aconteceu e, de algum modo, acontece em Portugal. É certo que a identidade nacional portuguesa não foi condicionada pela presença escravista mas o império colonial português, esse foi um império com suporte essencial no escravismo. Como quer que seja os fenómenos escravista e colonial enquanto tais têm merecido uma mal disfarçada distração às ciências sociais portuguesas. Imbricadas estas na institucionalidade das comemorações descobrirentistas, a escravidão e a colonização ficam de lado *vis-à-vis* a epopeia. Também a ausência compulsória de investigação na área das ciências sociais até há poucas décadas será outra das explicações para essa retracção. No entanto a repugnância nem sequer subtilmente expressa em aceitar a qualidade escravista e sobretudo colonialista da expansão portuguesa é mais um indicador da dificuldade que prevalece em analisar desinibidamente a história dessa colonização.

São muitos os autores que, desde há muito, no Brasil, se debruçam sobre o escravismo, analisando-o e percorrendo a generalidade das suas manifestações. Desde o tráfico ao modo de produção que teve nos escravos o seu suporte principal, tudo tem sido e continua a ser estudado com mais ou menos profundidade. Aos autores que diríamos «clássicos», entre os quais foi príncipe Gilberto Freire, sucederam historiógrafos e sociólogos em grande número. Depois de Jacob Gorender, Florestan Fernandes, Fernando Henriques

* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

Cardoso, Octavio Ianni e outros, novas gerações, com grande número de investigadores, vêm desde há muito multiplicando uma bibliografia prolixa e naturalmente de valor desigual. (Acrescente-se, de passagem, que foi um brasileiro quem produziu o até agora mais consistente estudo sobre «Os Negros em Portugal»). Duas publicações mais recentes chamam-nos a atenção para um desses: Mário Maestri, da Universidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, em cuja editora publicou:

A segunda morte de Castro Alves Genealogia crítica de um revisionismo e

O sobrado e o cativo A arquitectura urbana erudita no Brasil escravista O caso gaúcho.

Conclamando a terreiro uma das mais controversas figuras da literatura brasileira Mário Maestri retoma a biografia de Castro Alves privilegiando a sua relação com o escravismo. Fâ-lo numa certa reacção ao que chama «tendências revisionistas». Afirmadamente tenta «estabelecer uma genealogia crítica do revisionismo do sentido social da poesia de Castro Alves e dos principais pressupostos ideológicos e metodológicos desse movimento».

É assim que paralelamente ao percurso que a crítica brasileira fez ao longo do tempo na apreciação da obra de Castro Alves, assistimos em Maestri à evolução do pensamento social do poeta no que respeita ao escravismo. O que confere a esta brochura de cerca de 100 páginas o mérito de nos elucidar sobremaneira não somente sobre a vida e obra de Castro Alves como também acerca da crítica literária e sociológica face à expressão e à atitude cívica do poeta.

A obra dedicada à arquitectura urbana gaúcha, mantendo a dialéctica mais geral inerente à relação do escravismo com a sociedade brasileira, não será tão acutilante na manifestação da evidência dessa relação. Muito simplesmente: até que ponto a arquitectura senhorial denuncia a natureza escravista da sociedade? Mais uma vez a inspiração para investigar nesta área vem de «Sobrados & Mucambos» de Gilberto Freire, datado de 1936! Um verdadeiro Hermes psicopompo para os mais aliciantes problemas postos à historiografia brasileira!

Ao longo de oito capítulos Maestri vai situando o paralelismo entre a existência e acção dos escravos e os espaços públicos e privados: «Do colonial ao neoclássico: um estilo para os escravistas» - «O mundo urbano no Brasil escravista» - «O espaço público: ruas,

praças, ordenamento municipal» - «O espaço privado: moradias urbanas e suburbanas» - «A normalização do espaço privado» - «Trabalho servil urbano» - «Cariveiro urbano: trabalho, controle e punição» - «Descravização e modernização urbana».

De per si a enunciação é extremamente sugestiva e estimulante por remeter para a expressão arquitectónica e urbanística a função gnosiológica que é normalmente desprezada. Os resultados conseguidos pelo autor a partir das investigações a que procedeu são concludentes mas nem sempre a relação entre as escravaturas e o senhorio no condicionamento arquitectónico e urbanístico é facilmente descortinável. Haja em vista que o autor, citando José Manuel Fernandes, considera que «o sobrado constitui uma herança lusitana aclimatada ao Brasil escravista». Que seja uma herança adaptada, nada mais óbvio. Igualmente óbvia a interferência escravista?

Anteriormente, relativamente ao escravismo brasileiro, Mário Maestri havia publicado:

O escravo no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984

Servidão Negra: trabalho e resistência no Brasil escravista, Porto Alegre, 1988

Depoimentos de escravos brasileiros, São Paulo, 1988

O escravismo no Brasil, São Paulo, 2000

Cisnes Negros: uma história da Revolta da Chibata, São Paulo, 2000

O escravismo antigo, São Paulo, 2000.

